



## Formação Antirracista em Serviço Social

Antiracist Training in Social Work

**Ana Lole\***

 <https://orcid.org/0000-0003-2991-3594>

**Camila Potyara Pereira\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-1117-2468>

**Loiva Mara de Oliveira Machado\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0001-6589-8032>

**Maria Aparecida Milanez Cavalcante\*\*\*\***

 <https://orcid.org/0000-0003-2886-1104>

---

\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio, Rio de Janeiro, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [analole@gmail.com](mailto:analole@gmail.com)

\*\*Socióloga. Doutora em Política Social pela Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade de Brasília (UnB, Brasília, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [camilapotyara@gmail.com](mailto:camilapotyara@gmail.com)

\*\*\*Assistente Social. Doutora em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS, Porto Alegre, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Porto Alegre, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [loivadeoliveira@gmail.com](mailto:loivadeoliveira@gmail.com)

\*\*\*\*Assistente Social. Doutora em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Docente do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Piauí (UFPI, Teresina, Brasil). Integrante do Comitê Editorial da *Temporalis*. E-mail: [aparecidamilanez@ufpi.edu.br](mailto:aparecidamilanez@ufpi.edu.br)

DOI 10.22422/temporalis.2025v25n49p6-15



© A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2025 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional ([https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

**A**ssociação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) em sua trajetória de organização, como entidade científica na área de Serviço Social, está conectada com o movimento dialético e contraditório da realidade social e suas repercussões no campo da formação e trabalho profissional reconhecendo a sua indissociabilidade. Em consonância com o projeto ético-político profissional a entidade afirma cotidianamente o compromisso com a efetivação das Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), que definem um projeto de formação voltado à constituição de um perfil profissional crítico, interventivo, criativo, investigativo e comprometido com a transformação social. A entidade no último biênio (2022–2024) assumiu como prioridade o compromisso com a construção de uma formação antirracista, no âmbito da Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social. Parte desse compromisso foi a materialização da Plataforma Antirracista em Serviço Social (2022), a 7ª Edição do Projeto “ABEPSS Itinerante” (2024), que teve como tema “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”, o Documento “A inserção da educação para as relações étnico-raciais no âmbito da Pós-Graduação na área de Serviço Social” (ABEPSS, 2017–2022), entre outros.

Esse compromisso com a formação antirracista não se constitui como um fato isolado, mas, sim, como parte de trajetórias e construções já iniciadas, especialmente a partir das produções socializadas na década de 1980, por mulheres negras intelectuais do Serviço Social brasileiro, cujas teses apresentadas no VI Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1989, realizado em Natal/RN, já sistematizavam propostas sobre a importância de avançar enquanto categoria na direção de uma formação e trabalho profissional antirracista. É interessante destacar que era um “grupo de assistentes sociais de São Paulo e do Rio de Janeiro [que] participaram apresentando suas teses sobre o Serviço Social e a questão racial” (Almeida, 2013, p. 232), sendo esse momento um fato marcante para as lutas antirracistas no interior da profissão.

Esse posicionamento demanda a reflexão de que raça se constitui como “relação de poder e de dominação” (Munanga, 2003, p. 6) que hierarquiza pessoas e estabelece privilégios. Assim, o racismo, a partir de uma perspectiva histórico-crítica, é estrutural, pois se constitui como “produto de uma estrutura socio-histórica de produção e reprodução de riquezas” (Oliveira, 2021, p. 65). Portanto, é funcional à sociabilidade capitalista e está presente em todos os espaços da organização da vida social, considerando as particularidades da realidade brasileira, marcada pela herança colonial e por um conjunto de engrenagens que demarcam o lugar de um país de capitalismo dependente.

O compromisso com a formação antirracista em Serviço Social, numa perspectiva de totalidade, nos mobiliza a refletir sobre conquistas importantes que emergiram, a partir do trabalho e lutas coletivas da categoria, a exemplo da Lei de Regulamentação Profissional (Lei nº 8.662/1993), o Código de Ética Profissional do/a assistente social (Resolução CFESS nº 273/1993) e as Diretrizes Curriculares para a formação em Serviço Social (ABEPSS, 1996), os quais se constituem instrumentos ético-políticos e jurídico-normativos que orientam para o compromisso de combate a todas as formas de exploração-opressão-dominação e com a construção de um outro projeto societário e projeto ético-político profissional sob bases emancipatórias.

Os fundamentos do Serviço Social na relação com a questão étnico-racial têm sido expressivamente tratados na literatura dessa área de conhecimento, contemplando as particulares dimensões formativas (da vida social, da realidade brasileira e do trabalho profissional), em indissociabilidade dialética com a Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996 e verdadeira conexão com a “questão social”. A partir dos pressupostos alicerçados na tradição marxista e dos esforços da intelectualidade negra profissional, apreende que “a questão étnico-racial se constitui como um eixo estruturante das relações sociais capitalistas, seja do ponto de vista da particularidade da formação social brasileira, seja pela perspectiva do objeto da profissão” (Elpídio, 2021, p. 78–79).

Nessa direção, a análise crítica da realidade, articulando a luta antirracista e anticapitalista, coloca-se em disputa com correntes teóricas que adotam perspectivas liberais e culturalistas. Em consonância com as Diretrizes Curriculares (ABEPSS, 1996), a abordagem marxista exige a análise da concretude do racismo e de suas múltiplas dimensões, permitindo uma compreensão aprofundada de suas determinações históricas e estruturais, a qual exige:

[...] colocar as relações raciais [...] para além das suas manifestações imediatas e fragmentadas, cuja violência e brutalidade, abertas ou veladas, estão enraizadas no ordenamento social necessário à produção e reprodução do capital, em particular na América Latina e Caribe, onde a desigualdade é historicamente exacerbada e afeta desproporcionalmente a parcela negra e indígena da população (Souza, 2024, p. 13).

No âmbito dos fundamentos, valores e princípios que alicerçam o projeto ético-político profissional, se materializam no cotidiano da formação, do trabalho, da militância nos espaços internos da categoria e junto a outros segmentos da sociedade. Esse processo ganha solidez e capilaridade, por exemplo, por meio de legislações, de resoluções, de notas técnicas, da Campanha de Assistentes Sociais no Combate ao Racismo, dos Comitês de Luta Antirracista, dos Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na Formação em Serviço Social, da Plataforma Antirracista (ABEPSS), dos currículos de Graduação e Pós-Graduação, que deliberam politicamente pela inscrição de componentes curriculares voltados à questão racial e à educação para as relações étnico-raciais, bem como, por meio da incorporação do debate sobre a questão racial e formação antirracista, em oficinas, encontros e seminários da categoria, e sua vinculação à instrumentalidade do trabalho profissional, entre outros.

Identificamos importantes avanços quanto à incorporação da questão racial e à educação para as relações étnico-raciais, nos processos formativos e de educação permanente, contribuindo para que a formação antirracista seja assumida como prioridade, na forma organizativa, nas deliberações e nas ações protagonizadas pelas entidades político-organizativas da categoria. Todavia, é possível verificar um conjunto de questões que precisam ser aprofundadas no cotidiano, a exemplo do mito da democracia racial, do pacto da branquitude, o aprofundamento dessa questão a partir de uma perspectiva histórico-crítica, bem como, o silenciamento das diferentes formas de exploração-opressão-dominação, que geram um conjunto de violências e incidem sobre os corpos dissidentes, racializados e generificados, que rompem com o padrão eurocentrado tido como humano universal. Para que o antirracismo não seja um mito, mas que se efetive objetivando romper como “o perigo de uma história única”, como nos aponta a escritora negra nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie (2019), entendemos que é fundamental

refletir sobre a questão racial na realidade brasileira, bem como, sobre o compromisso ético-político do Serviço Social, com a construção da formação e do trabalho profissional antirracista.

Os artigos apresentados nesta edição da *Temporalis* estão em diálogos com a formação e o trabalho profissional de assistentes sociais, reforçam a questão étnico-racial como estrutural e estruturante da “questão social”, confirmam que o racismo, a violência e a pobreza estão imbricadas na conformação dos processos de desigualdades sociais próprias da acumulação capitalista, que reproduz dinâmicas desiguais de classes sociais, gênero, sexualidades e étnico-raciais. Desse modo, vale ressaltar que o debate étnico-racial está intrinsecamente ligado à centralidade do trabalho e às dimensões da “questão social”. Trata-se de uma mediação essencial ao trabalho profissional, o que envolve uma formação crítica e antirracista.

Apreendendo no movimento do real como a questão étnico-racial se apresenta, este número da *Temporalis* traz a temática “Formação Antirracista em Serviço Social”, que conta com 18 (dezoito) artigos temáticos e dos 14 (quatorze) de tema livres, além deles o comitê editorial contou com uma entrevista, uma homenagem e um documento do projeto ABEPSS Itinerante.

Os três primeiros artigos que abrem a **seção temática** abordam a questão étnico-racial enquanto uma das dimensões centrais e estruturais da formação e do trabalho profissional de Assistentes Sociais. O artigo “Formação profissional do assistente social e os desafios para a construção de uma formação antirracista”, de Elivânia da Silva Moraes, dá ênfase na construção de uma formação antirracista articulada a uma perspectiva de totalidade, fundamentado nas reflexões apresentadas nos relatórios das oficinas do Projeto ABEPSS Itinerante/2023. O artigo “‘Questão social’ e desafios para uma formação antirracista no Serviço Social”, de Josiane Soares Santos, parte da leitura acerca das particularidades da “questão social” no Brasil, abordando algumas das violências e violações de direitos dirigidas ao povo preto e a outros segmentos racializados no Brasil contemporâneo, como os povos e comunidades tradicionais. Já o artigo “Diretrizes Curriculares do Serviço Social, debate étnico-racial e os desafios contemporâneos para uma formação emancipatória”, de Maria Zelma de Araújo Madeira, reflete sobre o lugar que ocupa o debate público e acadêmico das relações étnico-raciais na agenda política do Serviço Social na atualidade.

O texto “Começo, meio, começo: centralidade das relações étnico-raciais na formação em Serviço Social”, de Rosicler Lemos da Silva, Dagoberto José Fonseca e Jaqueline Silva Ayello, recupera o percurso histórico do Serviço Social conectada a formação socio-histórica brasileira, evidenciando o protagonismo negro desde a gênese da profissão. Ao defender a centralidade do debate étnico-racial na formação e no trabalho profissional, o texto apresenta os principais marcos históricos da profissão no que tange à temática, especialmente nos eventos e produções científicas.

A incorporação do debate étnico-racial nos projetos pedagógicos de cursos (PPC) de Serviço Social está presente no artigo “Raça, racismo estrutural e formação em Serviço Social”, de Isis Silva Roza, Douglas Henrique Souza e Silva, Eduarda Pereira dos Santos Lima e Maria Eduarda Simão Nogueira, que analisa os PPCs das instituições federais de ensino superior dos estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro; e no artigo “A incorporação

do debate étnico-racial no curso de serviço social da Universidade Federal de Ouro Preto”, de autoria de Mariana Monteiro Vieira e Claudio Henrique Miranda Horst, que recupera o debate no curso de Serviço Social da UFOP.

No artigo “Assistentes sociais no combate ao racismo, da formação ao exercício profissional”, Francisco Flávio Eufrazio faz uma reflexão sobre o racismo, destacando a insurgência negra como forma de enfrentá-lo; sobre a formação antirracista em Serviço Social, recuperando o relatório produzido pela ABEPSS sobre o tema; bem como, destaca a importância desse debate para o trabalho profissional antirracista.

Como desdobramento da formação antirracista, promovida pelas entidades acadêmico-profissionais do Serviço Social, observa-se que o artigo “Resistência Negra e Serviço Social: o Comitê Antirracista do CRESS-PI em diálogo com Esperança Garcia, Clóvis Moura e Nego Bispo”, de Ana Valéria Matias Cardoso, Carla Gabriela Nobre da Silveira e Lucas Catarino Pereira de Sousa, demonstra a capilaridade das campanhas antirracistas e a politização para a inserção do debate étnico-racial no cotidiano profissional. Apresentam a particularidade do Comitê Antirracista do CRESS-PI pelo reconhecimento do legado da intelectualidade negra piauiense, como subsídio à instrumentalidade profissional em direção à defesa da autonomia e das lutas antirracistas, valorizando os saberes afro-brasileiros.

Na interlocução entre luta e trabalho antirracista com as políticas públicas, as autoras do artigo “A questão racial no Simpósio Nacional em Socioeducação: tendências, lacunas e perspectivas”, Ana Carolina de Moura Pereira, Manuela Soares Silveira, Lucilene Ribeiro Reis Barros e Cynthia Bisinoto apresentam a abordagem da questão racial no sistema socioeducativo, a partir da análise dos resumos de trabalhos apresentados nas edições do Simpósio Nacional em Socioeducação da Universidade de Brasília. Destacam a ampliação na produção do conhecimento sobre a questão étnico-racial, que problematiza as dinâmicas institucionais e sociais, como os processos de criminalização da pobreza e seletividade penal, além de proporem intervenções antirracistas.

Já o artigo “Práticas Antirracistas Institucionais: o caminho para o letramento racial na Assistência Social”, de Fernanda França Fernandes e Mariana de Castro Moreira, promove o relato de experiência de práticas antirracistas e do letramento racial no cotidiano do trabalho de profissional da política de assistência social, do município do Rio de Janeiro. A leitura convoca para o reconhecimento do processo de letramento racial como instrumentalidade necessária ao enfrentamento do racismo institucional, ao colocar em evidência os “silenciamentos da raça” e as “sutilezas no tratamento dado ao racismo presente no cotidiano de trabalho” na assistência social (Nascimento; Castilho; Campos, 2024).

Pela problematização da equidade em saúde, o artigo “Censo Psicossocial dos usuários da saúde mental: educação permanente na RAPS/RJ”, de Jéssica Helena Vaz Malaquias, Letícia Silva de Abreu, Victória Elisa Barbosa da Silva e Rachel Gouveia Passos, socializa experiência de pesquisa articulada ao processo de formação antirracista e antimanicomial, evidenciando as nuances racismo e seus silenciamentos no tratamento dado à população negra (preta e parda).

Na sequência, Rosely Anacleto de Jesus Moraes de Almeida em “A história vista de baixo: o vanguardismo branco nas origens do SUS”, sob a ótica da “história vista de baixo” inspirada em E. P. Thompson (1987) e da operatividade dos “dispositivos de racialidade” fundamentada em Sueli Carneiro (2023), problematiza o silenciamento das resistências negras e a reprodução de desigualdades raciais no processo de redemocratização e de participação oficial por entidades acadêmicas, políticas e profissionais na conformação do Movimento de Reforma Sanitária Brasileira.

Para avançar em uma formação antirracista é imprescindível o debate sobre a formação social brasileira, o capitalismo dependente e a ideologia neoliberal, questões presentes nos artigos que seguem. O artigo “A determinação social da consciência: classe, raça e gênero na formação social brasileira”, de Jéssica Ribeiro Duboc e Anderson Martins Silva, os autores analisam como setores da classe trabalhadora aderem a projetos contrários aos seus próprios interesses. A partir das análises marxiana e da formação social brasileira, demonstram que a consciência social é moldada por um pacto autocrático, conservador, racista e sexista, que sustenta as bases do capitalismo nacional.

Na mesma direção crítica, o artigo “Articulando classe, sexo/gênero e raça na leitura da formação social brasileira”, de Rodrigo Sales Queiroz, reforça que as opressões de gênero e raça são estruturantes do capitalismo brasileiro. A partir de análise histórica, o texto demonstra como o escravismo colonial e sua transição para o capitalismo dependente organizaram uma divisão social do trabalho profundamente racializada e sexualizada e como a exploração do trabalho reprodutivo das mulheres, especialmente negras, marcado pela precarização, pelo desemprego e pelo subemprego, sustenta a acumulação capitalista.

Em “Capitalismo e racismo no Brasil: dilemas no Estado, direito e fundo público”, Débora Sabina da Silva Geraldo discute como Estado, direito e fundo público, historicamente moldados por relações racistas e classistas, estão imersos nas contradições do capitalismo dependente, operando constantemente para reproduzir as desigualdades e inviabilizar uma democracia substantiva. A autora defende que só a organização da classe trabalhadora, articulando lutas antirracistas e anticapitalistas, pode exigir reparações históricas e construir uma nova sociabilidade.

O artigo “O mercado como fundamento da teoria racista ou do fetichismo da epiderme”, de Tatiana Lyra Lima Félix e Artur Bispo dos Santos Neto, analisa as raízes do racismo moderno a partir do método materialista histórico-dialético. O artigo demonstra como a transformação de pessoas em mercadorias no mercado de escravizados foi constitutivo da lógica capitalista. Mostra ainda como a universalização da mercadoria se articula à produção de hierarquias raciais, revelando a contradição entre a promessa formal de igualdade e a realidade da desigualdade econômica e da reificação dos corpos racializados.

No texto “Flexibilidade, autonomia e exploração: análise sobre a plataformização do trabalho doméstico remunerado”, Heloise Stefani Nascimento da Silva mostra como a “uberização” atinge o trabalho doméstico, historicamente atravessado por opressões de classe, raça e gênero. A partir de novas tecnologias, sobretudo a plataformização, esse trabalho vem sendo reconfigurado e, conseqüentemente, mais intensificado e desprotegido. O artigo denuncia que, mesmo com avanços legais, o trabalho doméstico

remunerado segue precarizado, e que as novas tecnologias, longe de significarem emancipação, apenas atualizam as velhas formas de opressão.

No artigo “A armadilha neoliberal do Identitarismo: desafios à esquerda e ao Serviço Social”, Karla Queiroz do Nascimento alerta que o neoliberalismo se utiliza das pautas identitárias, transformando-as em ferramentas de reprodução do capitalismo. Defende que as lutas contra as opressões devem estar articuladas à luta anticapitalista, e que, no Serviço Social, isso implica disputar a subjetividade da classe trabalhadora, integrando raça, gênero, sexualidade e classe num projeto de transformação radical.

Na seção de **temas livres**, temos um conjunto de artigos correlacionados à temática do número 49, considerando a indissociabilidade entre formação e trabalho profissional, com destaque para o debate sobre as “Mediações da emancipação humana em Marx”, de Kim Taiuara Chavarria Brochardt, que reflete sobre a categoria emancipação humana em Marx, diferenciando-a da emancipação política limitada à ordem burguesa. No âmbito da pesquisa, o artigo intitulado “A pesquisa na Internet: reflexões metodológicas para o Serviço Social”, de Milena Carlos de Lacerda e Carla Cristina Lima de Almeida, propõe uma análise crítica sobre o uso da Internet e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). Por meio da análise de doze produções audiovisuais da Plataforma Brasil Paralelo (BP), destaca o impacto gerado pela Internet na polarização política e no crescimento de radicalismos antidemocráticos, agravados pela disseminação de notícias falsas.

No âmbito da educação superior, o artigo “Cursos de Serviço Social no período 2006-2022: expansão e fragilização da formação”, de Larissa Dahmer Pereira, Andreza Telles dos Santos Ferreira e Ingridilaine Carreiro de Oliveira Azevedo, analisa o processo de expansão da educação superior no Brasil, no pós-2000, com ênfase nos cursos de Serviço Social, considerando a natureza jurídica e modalidade de ensino, que incidem na configuração de um perfil profissional distante do projeto formativo inscrito nas Diretrizes Curriculares Nacionais da ABEPSS (1996).

No campo do trabalho e Serviço Social, o artigo “Competências profissionais, direitos e deveres éticos no trabalho de assistentes sociais”, de Mabel Mascarenhas Torres e Fátima da Silva Grave Ortiz, possibilita uma análise sobre a interrelação entre o Código de Ética e a Lei de Regulamentação da Profissão, Lei nº 8662/1993, enquanto normativas que exercem uma relação de complementaridade e orientam o exercício profissional de assistentes sociais, em consonância com o projeto ético-político.

O artigo “Serviço social, território e atenção primária à saúde: viabilidades ao trabalho profissional”, de Leonardo Diego da Silva Silveira e Edla Hoffmann, prioriza a discussão sobre o trabalho profissional dos/as assistentes sociais na Atenção Primária em Saúde, com ênfase em ações socioeducativas de educação em saúde e/ou educação popular em saúde, de mobilização, participação, controle social, entre outras, particularizando a realidade dos territórios.

Já o artigo “População em situação de rua, Serviço Social e contradições do capitalismo dependente”, de Antônio de Albuquerque Gonçalves Júnior, trata do desenvolvimento do capitalismo dependente brasileiro, fundamentado em estudos de intelectuais da Teoria Marxista da Dependência, contribuindo para interpretar as particularidades da

formação social e da questão social no Brasil, com destaque para a situação da população em situação de rua e os desafios do trabalho do/a assistente social nesse contexto.

No campo das políticas sociais, o artigo “Feminicídios no Brasil e as políticas de proteção social frente à problemática”, de autoria de Carla Julia da Silva e Larisse de Oliveira Rodrigues, problematiza a escalada da violência contra as mulheres, fundada em relações patriarcais de gênero, no conservadorismo e no avanço de políticas neoliberais, cujo agravante tem sido expresso por meio do feminicídio. E o artigo “FETSUAS-RJ: resistência em movimento contra a precarização do trabalho no SUAS”, de Janaina Albuquerque de Camargo, reflete as expressões da precarização das relações de trabalho no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), tendo em vista a realidade do estado do Rio de Janeiro, a partir de processos de pesquisa junto ao Fórum de Trabalhadores do SUAS-RJ (FETSUAS-RJ). O artigo destaca a precarização dos vínculos trabalhistas, remuneração, condições materiais e humanas de trabalho, bem como o controle desses/as trabalhadores/as.

A reflexão sobre “Gestão do trabalho em Saúde: tensões e desafios em contexto (pós) pandêmico”, no artigo de autoria de Filipe Silva Neri e Juliana Domingues, trata de revisão da literatura sobre a gestão do trabalho em saúde durante a pandemia de Covid-19 no Brasil, evidenciando as principais tensões e desafios enfrentados pelos/as profissionais do Sistema Único de Saúde (SUS), além das estratégias adotadas, como a necessária formação e qualificação dos/as profissionais de saúde e a defesa do fortalecimento do SUS.

No que tange aos “Impactos da covid-19 em famílias de monoparentalidade feminina de um município seridoense”, Maria Emanuele do Rêgo Santos, Priscilla Brandão de Medeiros, Fernanda Kallyne Rêgo de Oliveira e Vanessa Amancio da Silva destacam que a pandemia de Covid-19, no âmbito de questões biomédicas e epidemiológicas, impactou em diferentes aspectos da vida humana, no campo social, político e econômico. O artigo aborda a realidade de famílias de monoparentalidade feminina evidenciando as múltiplas expressões pelas quais a questão social se manifesta no cotidiano dessas famílias.

No artigo “As tecnologias de informação e comunicação na mediação dos serviços públicos brasileiros”, Fernanda Alves Ribeiro Paz e Juliane Feix Peruzzo refletem sobre a contrarreforma do Estado e o avanço das TICs na administração pública brasileira, tecendo uma análise crítica sobre a utilização de sistemas eletrônicos e plataformas digitais na prestação de serviços públicos e seus impactos junto aos servidores públicos e população usuária na relação com o Estado.

De forma específica, as “Condições de trabalho dos/as entregadores/as por aplicativos em Belém-Pará: sobreviver ou morrer?” são problematizadas por Bianca Neves Arnaud e Vera Lúcia Batista Gomes, ao evidenciarem as condições de trabalho precário em que estão submetidos os/as entregadores/as por aplicativos na cidade de Belém-Pará. A pesquisa elucida os processos de exploração e alienação do trabalho, e a responsabilização desses trabalhadores pela sua forma de viver e morrer.

O artigo “Microtrabalho: um estudo sobre a precarização na plataforma Amazon Mechanical Turk”, de autoria de Thaís Lopes Vasconcelos e Claudia Maria Costa Gomes, destaca resultados de pesquisa que abordam a precarização do trabalho, com ênfase no



capitalismo de plataforma e as formas de resistências protagonizadas pelos/as trabalhadores/as, bem como, o incentivo ao empreendedorismo e a lógica da concorrência, que a partir da lógica neoliberal incidem na subjetividade dos/as trabalhadores/as.

A reflexão sobre “Cooperativismo e sustentabilidade socioambiental: cooperativas de materiais recicláveis do município de Ananindeua-PA”, proposta por Sueli Maria Corrêa Pelerano, socializa resultados de pesquisa voltada ao cooperativismo e sustentabilidade socioambiental e econômica de cooperativas de materiais recicláveis, com ênfase em perspectivas teóricas sobre sustentabilidade e cooperativismo urbano.

Na seção de **entrevista**, temos a honra de dialogar com a professora doutora Magali da Silva Almeida, mulher negra e de axé, intelectual, antirracista e feminista, que há décadas vem contribuindo para o debate crítico sobre a questão étnico-racial no âmbito do Serviço Social. A sua trajetória vem inspirando gerações e afirmando que a formação e o trabalho antirracista precisam ser assumidos como prioridade e como construção coletiva.

A **homenagem** “Intelectuais negras e negros centenários/os e o Serviço Social”, assinada por Ana Paula Procopio da Silva, Marcia Campos Eurico e Maria Antonia Cardoso Nascimento, presta tributo à trajetória e à produção da intelectualidade negra centenária, evidenciando a importância histórica e o impacto das contribuições de Carolina Maria de Jesus (1914–1977), Dona Ivone Lara (1921–2018) e Clóvis Moura (1925–2003) na formação acadêmica, na militância social e no trabalho profissional do Serviço Social.

O **Documento** intitulado “Por uma formação antirracista no Serviço Social” redigido pela professora Maria Helena Elpídio, que fecha nossa edição da *Temporalis*, traz uma reflexão da Diretoria da ABEPSS (2022–2024) para a edição do Projeto “ABEPSS Itinerante” (2024) que teve como tema “As Diretrizes Curriculares, o debate étnico-racial e os projetos pedagógicos”. Neste documento, Elpídio propõe uma síntese do curso, sem a intenção de retomar exaustivamente o debate acerca da formação antirracista no Serviço Social, suas produções contemporâneas, origens e acúmulos já abordados por numerosas pesquisas, publicações e orientações das entidades organizativas da profissão (ABEPSS, CFESS/CRESS e ENESSO).

Esperamos que esta edição da *Temporalis* possa contribuir para o fortalecimento do compromisso com a incorporação da questão étnico-racial na perspectiva de um projeto de formação e trabalho profissional antirracista, anticapacitista, antissexista, antiLGBTfóbica e anticapitalista.

## Referências

ABEPSS – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL.

**Diretrizes Gerais para o Curso de Serviço Social.** Rio de Janeiro, nov. 1996. Disponível em: [https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](https://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf).

Acesso em: 20 jun. 2025.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** Tradução de Julia Romeu. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Magali da Silva. Pioneirismo da discussão étnico-racial no serviço social. (Entrevista). **Libertas**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, p. 231–239, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/download/18263/9504/76402>. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Código de Ética Profissional do/a assistente social: Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão**. Brasília, DF: CFESS, 1993. Disponível em: [https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP\\_CFESS-SITE.pdf](https://www.cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf). Acesso em: 20 jun. 2025.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. São Paulo: Editora Schwarcz; Companhia das Letras, 2023.

ELPÍDIO, Maria Helena. Os fundamentos do Serviço Social e a questão racial étnico-racial. In: ELPÍDIO, Maria Helena; VALDO, João Paulo da Silva; ROCHA, Roseli (org.). **Desafios para o serviço social na luta antirracista**: questão étnico-racial em debate. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2021.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05 nov. 2003.

NASCIMENTO, Maria Antonia Cardoso; CASTILHO, Daniela Ribeiro; CAMPOS, Suzani Tavares. O silêncio da raça: tessituras sobre racismo e assistentes sociais em Belém (PA). **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 56–70, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/42032>. Acesso em: 18 jun. 2025.

OLIVEIRA, Dennis. **Racismo estrutural**: uma perspectiva histórico-crítica. São Paulo: Dandara Editora, 2021.

SOUZA, Cristiane Luiza Sabino. A disputa em torno do debate racial no Brasil: teoria e método para o avanço da perspectiva crítica. **Argumentum**, Vitória, v. 16, n. 2, p. 8–21, maio/ago. 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/44917>. Acesso em: 20 jun. 2025.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.